



Município de Tomar
Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

ATA Nº 11/2015

----Aos 14 de dezembro de dois mil e quinze, pelas vinte e umas horas, no edifício sede da Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, na Rua Major Ferreira do Amaral, número 9 – Tomar, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia conforme o nº 1 do Artº. 11º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 Artº 23º do Regimento da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: - **PAOD** – Nos termos do Artº. 18º do Regimento da Assembleia de Freguesia, conjugado com o Artº 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; **ponto um (1)** – Discussão e votação da ata (nº 10/2015) da sessão anterior; **ponto dois (2)** – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano (GOP), (PPI), e (PPA) para o ano de 2016; **ponto três (3)** – Análise, discussão e votação do Orçamento para o ano de 2016; **ponto quatro (4)** – Análise, discussão e votação do protocolo entre o Município de Tomar e a União das Freguesias de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, para intervenção no perímetro urbano; **ponto cinco (5)** – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2016; **ponto seis (6)** – Apreciação da informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia e situação financeira da mesma; **ponto sete (7)** – Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

---- Esta sessão contou com a presença de José Pedro Gomes Correia de Vasconcelos, Jaime das Neves Antunes, Joana Sofia Gaspar Nunes, Francisco Nicolau da Costa Vieira da Silva, Francisco Lopes Madureira Salgueiro, Maria Beatriz Schulz Nunes, Mário Matos dos Santos, Maria Fernanda do Pranto Correia, Pedro Miguel Nunes Tavares, Joaquim Morgado Costa, Margarida Susana da Piedade Bernardes Pereira Ferreira, Alexandre Manuel Cardoso Antunes e Alicia de Salomé Diogo Peres. -----

----Deram entrada duas justificações de falta, dos vogais Maria João da Graça Lima Morais e Rui Manuel Dias Costa, declarando que não poderiam estar presentes na sessão e pediam a sua substituição pelos elementos seguintes, segundo a ordem apresentada na lista do Partido Socialista e Partido Social Democrata, respetivamente, os quais foram substituídos pelos vogais Francisco Nicolau da Costa Vieira da Silva e Pedro Miguel Nunes Tavares. -----

A abrir a sessão, foi entregue à mesa pelo vogal Francisco Madureira documento em que o PSD solicita cópia da ata da última reunião do executivo bem como todas as declarações de voto anexas. Do mesmo modo foi presente à mesa moção dos lpt, em que se solicita a anulação do contrato de prestação de serviços com os CTT, com efeitos imediatos. Posta à votação, recebeu sete (7) votos a favor e cinco (5) contra, tendo sido aprovada por maioria. No momento da votação, o vogal Alexandre Antunes ausentou-se alegando ser, de alguma forma, parte interessada no assunto em votação. Deu também entrada na mesa, proposta da CDU relativa à implementação de um concurso sob o tema património arquitetónico, paisagístico e ambiental de Tomar. A mesma foi aprovada por unanimidade. Os documentos atrás referidos serão anexados a esta ata. -----

----Entrando-se no **PAOD**, o vogal Mário Santos referiu-se a alguns aspetos como os fluxos de caixa, protocolos de parceria com a CMT e o SIADAP. A vogal Beatriz Schulz referindo-se à visita à freguesia promovida pelo executivo, entendeu que a mesma não fora genuína mas com intuítos propagandísticos, tendo criticado ainda a não implementação de medidas de segurança nos acessos à Escola Básica de Valdonas. -----



Município de Tomar

Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

---A vogal Joana Nunes enalteceu a ação que o executivo da Junta vem desenvolvendo, destacando a grande capacidade de trabalho do seu Presidente e não entende que a visita à freguesia pelos respetivos autarcas tenha sido uma ação de propaganda. No mesmo sentido se pronunciou o vogal Alexandre Antunes. O Presidente da Assembleia, alegando impedimento da vogal Alicia Peres por motivos de saúde, leu em nome dos IpT documento que será também apenso a esta ata. O vogal Jaime Antunes manifestou a sua discordância relativamente à apresentação e aprovação da moção referente à loja dos CTT, na medida em que a população da freguesia ficará privada deste benefício. Critica ainda a forma pouco moderadora como o Presidente da Assembleia vem dirigindo os plenários desta Assembleia, facto que o visado contestou. -----

----O vogal Francisco Madureira comentou que o Presidente da Junta está a sofrer as consequências porque não ouviu a bancada do PSD e declarou que o PSD não está disponível para qualquer negociação com o executivo. -----

----Inteiveio, de seguida, o vogal Alexandre Antunes questionando se os IpT pretendem retirar-se do executivo da Junta, na medida em que o documento acabado de ler, se refere apenas ao PS/CDU. A vogal Joana Nunes apelou ao consenso em benefício dos fregueses. -----

----O Presidente da Junta inteiveio dizendo que a informação solicitada e relativa à loja dos CTT já tinha sido entregue à mesa. Não tem dúvida que esta questão é sobretudo " política ". Historiou depois o processo de implementação da loja CTT na Junta argumentando que o objetivo prioritário era a prestação de mais um serviço à população, e que nessa medida a população irá ser informada dos factos aqui ocorridos, porque não quer assumir responsabilidade de decisões que não lhe são imputadas. -----

----O Presidente da Assembleia criticou o executivo pela ausência de informação sobre esta matéria a prestar a esta Assembleia alegando ter razões acrescidas para exigir que essa informação fosse dada, na medida em que fora ele, com o seu voto de qualidade, a viabilizar a implantação da loja CTT no edifício da Junta. -----

----Entrando-se no **ponto um (1)** da ordem de trabalhos, a ata foi aprovada por maioria de 10 votos, não tendo os vogais Francisco Madureira , Pedro Tavares e Francisco Nicolau participado na votação por não terem estado presentes na reunião anterior. -----

----No **ponto dois (2)** da ordem de trabalhos, a vogal Fernanda do Pranto Correia colocou duas questões: se a Junta tem pessoal habilitado para pequenas reparações, como é referido no documento em análise, no capítulo da habitação? Ainda no capítulo da Ação Social/Saúde/Família, interroga como se concretizará a ajuda médica e psicológica aos mais carenciados. O vogal Alexandre Antunes interrogou também o executivo sobre a questão dos balneários na cidade, sobre a concretização do apoio médico e como viabilizar uma bolsa de apoio financeiro. O vogal Mário Santos comentou as obras prometidas para a Rua Corredora do Mestre, reconhecendo a necessidade da intervenção, mas que envolve custos avultados. Interroga-se ainda como acolher refugiados em Tomar. O Vogal Francisco Madureira entende que o primeiro parágrafo do Capítulo Cidadania é um chavão, solicitando que o esclareçam sobre o seu conteúdo. -----

----A vogal Joana Nunes compraz-se na intenção da Junta de promover incentivos de ligação da cidade ao Convento. Pede ainda para ser esclarecida sobre como criar uma cantina social e sobre balneários. Entende que é muito importante a criação de estacionamento para autocarros na cidade. -----

---- O Presidente do executivo tomou a palavra para esclarecer as questões colocadas. Contesta a opinião de que esta Junta investe mais na zona urbana do que na rural e refere o esforço que



Município de Tomar
Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

tem sido feito também na zona rural. Sobre a questão das lombas junto da Escola Básica de Valdonas, informa que esse assunto está a ser tratado pela CMT, pelo que a iniciativa tem de ser dessa entidade. Refere os múltiplos contactos que tem feito junto da PSP, alertando para a perigosidade daqueles acessos. Tem ele próprio sugerido à CMT a proibição de circulação a pesados nas artérias desse local. Sobre a colocação de tapete betuminoso na Travessa da Rega, o mesmo já tinha sido pedido pelo anterior Presidente da Junta de Santa Maria dos Olivais. Reafirma que a artéria é pública, com infra-estruturas de água e luz pública. Sobre o acidente em que foi vítima uma senhora no dia das eleições últimas na Escola EB1 Templários, o Presidente lamentou o facto. O acidente deu-se porque a utente em vez de utilizar as escadas recorreu à rampa de acesso. A Junta informou-se sobre a existência de seguro para estas circunstâncias e foi-lhe dito pelas instâncias competentes que não, porque o acidente ocorreu na realização de um ato cívico. Para evitar futuros problemas similares, o Presidente da Junta informou que as próximas eleições decorrerão no Pavilhão Desportivo Municipal. Dirigindo-se depois ao Presidente da Assembleia, criticou-o porque devia ser mais imparcial na condução dos trabalhos da Assembleia. -----

A propósito das sugestões do vogal Joaquim Palricas no sentido da criação de uma linha de crédito para os casos mais necessitados, explicou a recusa no facto de a Junta não possuir meios para tal. Esclareceu que a Junta tem pessoal capaz de proceder a pequenas reparações e que a mesma pode prestar ajuda médica aos mais incapacitados, ajudando-os na sua deslocação ao médico. Sobre os balneários confessa que há muito tempo que vem insistindo junto da CMT no sentido da criação de mais balneários na cidade e manutenção dos existentes. Sobre a renovação dos bairros sociais, entende que é necessário deixar o gabinete e ir para o terreno e elaborar os respetivos relatórios. -----

----Sobre as obras na rua Corredora do Mestre, afirma que não houve iniciativa nos mandatos anteriores. Apesar do carácter problemático da obra, há promessa sua e da Presidente da Câmara de iniciar obras para o próximo ano. E nesse sentido, a Presidente da CMT tem desenvolvido contactos com a EPAL, na medida em que no local passa uma conduta em fibra de vidro a pouca profundidade. -----

Sobre o assunto dos refugiados, confessa que não se referiu a eles, mas sim àqueles que já cá estão e que há muito esperam habitação. Sobre o tema "Cidadania", destaca a relação de proximidade com a população e dá o exemplo do apoio que se prestou na Rua Amorim Rosa. Quanto ao estacionamento para autocarros o espaço da antiga messe de oficiais está reservado para essa função, sendo necessária a criação de outras infra-estruturas como iluminação e instalações sanitárias e bufete. A CMT tem sido assiduamente informada por esta Junta desta necessidade. Quanto à cantina social, e havendo já entidades com esse serviço, quer manter o diálogo com as IPSS com vista a combater carências alimentares de famílias. Em relação à Junta Solidária, o pessoal da Junta tem-se envolvido na preparação de cabazes de Natal, por exemplo, e reforça a ideia de que a intenção primeira do executivo é o serviço às populações e recorda novamente o caso da loja do CTT dizendo que o primeiro objetivo da instalação da loja não foi ganhar dinheiro mas disponibilizar mais um serviço às populações. A este propósito, o vogal Francisco Madureira interveio perguntando que apoio a Junta deu à senhora sinistrada. O Presidente da Junta reafirmou que não trabalha por "politiquice" e nem ele nem os seus colegas de executivo visam a obra de fachada. No entanto, reafirma que o documento em análise é apenas uma pequena amostra do que se faz na Junta. Num reparo à informação do vogal Francisco Madureira, o vogal Alexandre Antunes disse que não sabia se a senhora sinistrada tinha pedido ajuda à Junta e que não é essa a sua missão nem possui meios para tal e não é por



Município de Tomar
Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

solidária. E pergunta o que fez o PSD a nível nacional sobre solidariedade. Voltando aos seus esclarecimentos, o Presidente da Junta informou que a Técnica Superior a ser admitida sê-lo-á apenas se houver condições financeiras, apesar de haver necessidade da mesma. Passando-se à votação, a proposta recebeu seis (6) votos a favor (PS e CDU) e sete (7) contra (PSD e IpT). O PSD apresentou declaração de voto que constará de anexo a esta ata. ----

----Entrando-se no **ponto quatro (4)** da ordem de trabalhos, o vogal Francisco Madureira entende que tendo sido reprovada a proposta de Orçamento lhe parece desajustada a discussão de delegação de competências. O Presidente da Junta entendeu que este voto é jogo político e não irá contrair empréstimos à banca. Sendo vergonhosa esta atitude, irá esclarecer as populações do que aqui se passou. " Saltou-se " o ponto quatro (4) por proposta do vogal Francisco Madureira. -----

----Posto à discussão o **ponto cinco (5)**, o vogal da CDU entendeu que o quadro de pessoal é excessivo. Posto à votação, o mesmo recolheu o seguinte resultado: um (1) voto contra da CDU e restantes votos a favor, pelo que a proposta foi aprovada.-----

----Quanto ao **ponto seis (6)** da ordem de trabalhos ninguém se inscreveu para usar da palavra.

----Relativamente ao **ponto sete (7) da ordem de trabalhos**, o mesmo não foi referido tendo-se encerrado a sessão da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

O Presidente:

João Pedro Gomes Gomes de Jesus

O 1º Secretário:

João Carlos Gomes

O 2º Secretário:

Joana Sofia Gaspar Nunes

votos 5 Contra
Abst. 0
Favor. 7 FAVOR

GRUPO INDEPENDENTES *por* TOMAR

MOÇÃO

(Contrato de prestação de serviços com os CTT)

Os INDEPENDENTES por TOMAR apresentaram, na última Assembleia de Freguesia, um requerimento referente ao contrato de prestação de serviços assinado entre a Junta de Freguesia e os CTT, uma entidade privada. Até ao presente nada foi entregue pelo executivo.

A alínea d) do nº 1 do art.º 18º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, diz que o Presidente da Junta deve *"Responder no prazo máximo de 30 dias, aos pedidos de informação formulados pelos membros da assembleia de freguesia"*.

Por outro lado a alínea K) do nº 1 do art.º 18º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, refere que o Presidente da Junta deve *"Submeter a visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos da lei, os actos praticados e contratos celebrados pela junta de Freguesia, assim como quaisquer outros instrumentos que impliquem despesa para a Freguesia"*.

Acresce também que, em Assembleia de Freguesia de 20 de Fevereiro de 2015, este contrato foi aprovado com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia, com a ressalva de que o mesmo iria ser reanalisado dentro dos prazos previstos no seu articulado.

Acontece que, até ao momento, do que temos conhecimento o Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Augusto Barros, não cumpriu nenhuma destas suas obrigações.

Assim sendo, os IpT, com base nos factos atrás referidos, apresentam a esta Assembleia a presente moção, para **discussão e votação**, em que se propõe o seguinte:

- Anulação do contrato de prestação de serviços com os CTT, com efeitos imediatos.

Tomar, 14 de Dezembro de 2015

OS INDEPENDENTES por TOMAR



PAOD

O ano de 2015 foi um ano difícil, não temos dúvidas disso, mas os IpT deram, mais uma vez tendo em conta o superior interesse da freguesia e dos seus fregueses, hipótese ao Exmo. Senhor Presidente da Junta para, através do diálogo, rectificar algumas das suas posições menos democráticas.

Os IpT têm tentado levar a bom termo os assuntos que são presentes às reuniões do executivo, mas quando o diálogo não tem retorno, como é o caso com o Sr. Presidente e a maioria PS/CDU, a situação torna-se difícil e frustrante.

O PS e o Sr. Presidente não deveriam esquecer que foi um acordo com os IpT que viabilizou esta Junta de Freguesia.

Senhoras e Senhores vogais, o retrato que fazemos da situação presente reflecte graves desajustes no executivo da Junta, é um retrato de cores muito ténues. Temos tido dificuldades no diálogo perante alguém que não entende o significado das palavras, mas, mesmo assim, nunca cultivámos uma atitude de pessimismo e muito menos de derrotismo, pois não é essa a nossa forma de estar na política.

Fazemos, assim, um apelo ao esforço e à responsabilização de todos, sem excepção, para que, com trabalho sério, determinação e muito diálogo, se consigam ultrapassar as dificuldades.

Nestes últimos dias do ano, queremos dizer-vos que temos a consciência de que, para muitos de nós, esta quadra, que é tradicionalmente de festa, vai ser vivida com preocupação e mesmo receio do futuro.

Os mais desfavorecidos e os menos preparados para fazer face à situação de carência, têm direito à nossa solidariedade.

Não podíamos, nesta quadra, esquecê-los, mas aqui perguntamos, mais uma vez, a quem de direito e neste caso ao Sr. Presidente desta Junta de Freguesia, que é parceira com assento no Conselho Local de Acção Social, o que tem em mente para propor para o ano de 2016, pois nada diz nos documentos agora apresentados.

Como estamos a chegar ao fim de um ano económico, com muita agitação social e política, incluindo eleições, os IpT não podem continuar a ignorar as seguintes situações de gritante despotismo:

1. O agendar das reuniões do executivo para horas menos próprias, para que com tal situação não ter número suficiente de público, evitando assim ser confrontado com perguntas;
2. O não cumprimento da Constituição e do CPA por parte do Presidente desta Junta, perante esta Assembleia de Freguesia;

3. O não cumprimento do aprovado por esta Assembleia da Freguesia relativamente ao contrato de serviços outorgado com uma entidade privada, os CTT e esta Junta de Freguesia;
4. A sistemática atitude de não aceitar nem sequer discutir as propostas apresentadas pelos IpT, em particular na Área Social, para com isso distribuir de forma equitativa e no interesse dos fregueses mais carenciados, as verbas destinadas às Grandes Opções do Plano, ao Plano Plurianual de Investimentos e Plano Plurianual de Ações;
5. O desrespeito pelo órgão colegial da freguesia, conforme art.º 246 da Constituição, que define a composição da Junta, constituída por um presidente e por vogais;
6. O não apresentar para análise e discussão prévias em sede de executivo, os novos protocolos que o Sr. Presidente levou para assinar com a Câmara Municipal de Tomar;
7. O vazio total nos protocolos entre a Freguesia e a CMT de aspectos que poderiam trazer receita para a Junta. Tomemos como exemplo as casas de banho públicas e a gestão dos cemitérios, etc.

Considerando a conjuntura socioeconómica do nosso Concelho, as verbas destinadas à intervenção social são manifestamente irrisórias e nada têm a ver com as propostas apresentadas pelos IpT.

Os IpT assumiram para com a população, aquando das eleições de 2013, políticas centradas no desenvolvimento económico, na área social, no turismo e na cultura, o que para esta coligação PS/CDU não tem relevância, pois nada é referido nos documentos agora apresentados.

Em respeito por tal, não podemos deixar de vincar que a maioria PS/CDU deste executivo, não tem permitido que o eleito dos IpT que o integra se envolva na definição e estruturação das políticas cruciais para o futuro da Freguesia.

Ora, se todas as áreas e afazeres da freguesia são importantes, consideramos como imprescindível o cumprimento de tudo o que acabamos de expor.

Senhoras e Senhores vogais, deixamos a V/ Ex.as esta breve análise para reflexão. Já passaram dois anos e nada foi rectificado por parte da maioria PS/CDU. Os IpT não podem continuar a pactuar com este executivo, pois isso porá em causa a legalidade e a transparência nos actos até aqui praticados por esta maioria PS/CDU e em particular pelo Sr. Presidente.

Tomar, 14 de Dezembro de 2015

OS INDEPENDENTES *por* TOMAR;

Handwritten signatures and notes:
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Declaração de voto

Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano Plurianual de Ações e Orçamento para o ano de 2016

1 - As Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano Plurianual de Ações e o Orçamento são documentos nucleares na actividade de qualquer Organização. Definem missões a cumprir, estabelecem parâmetros para executar, fixam metas para alcançar. Em suma, no caso da Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, traduzem a visão do Presidente da Junta para a administração e para a condução da Junta, e mostram a sua ambição para cuidar do presente e para preparar o futuro da Cidade e do bem estar da população. As Grandes Opções do Plano e o Orçamento têm por isso que apresentar um rigor intrínseco, consistência nos programas, e coerência nas acções. No caso dos documentos apresentados, muito pouco disso encontramos. Infelizmente para os habitantes da cidade e desgraçadamente para todos nós.

2 - Na realidade, os documentos que nos são apresentados para apreciação e para votação apenas traduzem a tacanhez dos desígnios com que se pretende continuar a dirigir esta Freguesia, e por isso ajudar e colaborar a hipotecar o futuro da Cidade. É patente a impreparação de quem dirige a Junta e, principalmente, a sua ausência de ambição para imprimir na Cidade rumos de modernização e de desenvolvimento. Em síntese, os nossos receios nesse capítulo são confirmados por estas Grandes Opções e por este Orçamento. Estamos por isso cada vez mais preocupados com a manifesta incapacidade desta Junta, governada por uma Coligação PS/CDU, que tem como rosto o Socialista (até agora), Augusto Barros, para assumir as suas atribuições e responsabilidades.

3 - Quem está a dirigir esta Junta não está a contribuir para preparar a Cidade para os desafios que se lhe deparam, revela incapacidade para criar a confiança dos Tomarenses no presente, e, principalmente, para lhes incutir esperança no futuro. Falamos de esperança por um futuro portador de melhores condições de vida e de actividade, e confiança no presente, que passam ambos pela criação de condições na Cidade para atrair empreendimentos e para acolher visitantes, exemplo gritante a não abordagem do tema da segurança que ultimamente em diversas situações foi situação de alarme em Tomar. Todavia, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento apenas revelam tacanhez, impreparação e incapacidade, ou seja vistas curtas e passos errados.

Handwritten notes:
→ [Signature]
[Signature]
M. S. Santos
L. V. [Signature]

4 – O combate à desertificação e à degradação da malha urbana, o atenuar o envelhecimento da população, o favorecer a implantação empresarial, o ataque à crise do comércio tradicional, o total desaproveitamento de oportunidades, e a falta de atenção a necessidades, são algumas das maiores características, e simultaneamente fragilidades, das Grandes Opções do Plano e Orçamento. E tudo isso nos vem confirmar a impreparação de quem se julgou com capacidade para presidir e dirigir a Junta, e que agora nos certifica que só sabe concretizar o óbvio, mas não sabe o que quer nem para onde vai.

5 - Infelizmente para a População de Tomar, a Junta está a executar um percurso errático, pautado por iniciativas pontuais que obedecem a uma logica de facilidades e nalguns casos já eleitoralistas. A Junta não é capaz de valorizar o que temos, e não mostra competências para concentrar esforço e acção no que é sempre importante e decisivo, ou seja, criação de condições na Cidade para atrair população e criar actividade e emprego. Bastaria para tanto ter visão e capacidade para identificar e articular os activos e as especificidades que existem e que pedem valorização em Tomar.

6 - Atendendo à missão e às competências de uma Junta de Freguesia, assim como, neste caso específico, à sua extensão territorial e geográfica, o Turismo, a Cultura e o Património Histórico são áreas que não podem continuar a ser ignoradas. Quer autonomamente quer de forma concertada com o Executivo Municipal, a Junta de Freguesia pode e deve actuar nestas áreas de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e daqueles que na sua área exercem actividade económica e profissional.

Ao reconhecer-se que Tomar aposta no Turismo como um dos principais eixos económicos de desenvolvimento do município e do concelho, a Junta de Freguesia deve estar consciente que a sua área de abrangência contempla estabelecimentos de ensino de referência nacional, património cultural ímpar, uma história internacionalmente reconhecida e admirada, e, acima de tudo, um potencial de expansão incalculável.

A actuação e a participação activa da Junta de Freguesia nestes domínios, com especial importância na área do Turismo, dada a sua realidade e capacidade económica desmultiplicadora, são vitais e indiscutíveis. Os tempos que correm e a conjuntura em que se vive não permitem, pelo menos em termos morais e de respeito para com os seus habitantes, a existência de um organismo passivo e meramente observador como é o caso. É imperativo tomar uma posição activa com os restantes parceiros locais e contribuir para o desenvolvimento e materialização da estratégia turística e cultural local. O município, a freguesia e os residentes merecem.

7 – Julgamos e facilmente se percebe que alguém que saltita de Partido em Partido constantemente, só com o único objectivo de ser!!!! é hoje refém da sua incapacidade e da pouca visão, pois ainda hoje não sabe avaliar a dimensão de uma freguesia que SÓ tem cerca de metade dos habitantes deste Concelho, o Socialista (até hoje) Augusto Barros, não entende, que tapar Buracos, fazer passeios de Idosos, pequenos arranjos nas escolas, limpezas de valetas e sumidouros, representar a Junta etc, etc. é uma obrigação que faz parte do dia a dia desta Freguesia mas que de todo pode como é a ser a sua Bandeira, é pouco muito, muito pouco.

Assim, e após estas considerações que demonstram a total fragilidade e incapacidade desta coligação PS/CDU que governa os destinos desta freguesia liderada por Augusto Barros e que está patente nestes documentos, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano Plurianual de Ações e Orçamento 2016, o voto dos Vogais do PSD é **CONTRA**.

Os Vogais:

Francisco Madureira



Fernanda Correia



Mário Santos



Beatriz Shultz



Pedro Tavares



Tomar, 14 de Dezembro de 2015

Proposta para apresentar na Assembleia de Freguesia**Introdução**

Esta força política, preocupada em que o seu vasto património arquitetónico, paisagístico e ambiental, considerado como património mundial, seja conhecido e, que, de alguma forma possam ser fontes de produção de riqueza, que permitam criar empregos, atrair novos habitantes, sem sermos fator de desertificação das freguesias rurais do concelho, rejuvenescendo a população e, com isso, criar sustentabilidade ao desenvolvimento económico da Freguesia.

Para que esse objetivo seja atingido, pretendemos envolver os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e associações existentes na freguesia, para que todos conheçam o património existente, se envolvam na sua divulgação e preservação.

Para além desse objetivo queremos encontrar estratégias para que o vasto património arquitetónico, paisagístico e ambiental existente na nossa freguesia e concelho possa contribuir para produzir riqueza, aumentar o emprego e melhorar a qualidade de vida da nossa vasta comunidade.

Desenvolvimento da ação

Propomos a abertura de um concurso aberto a toda a comunidade escolar, e associativa da nossa freguesia e concelho;

Este concurso terá um regulamento próprio, serão solicitados apoios e parceiros para esta iniciativa;

A forma de concurso, através de monografias, pesquisas científicas, redações, promoção do empreendedorismo, será integrada no regulamento do concurso.

Esta iniciativa terá prémios a atribuir aos diferentes trabalhos, de acordo com as idades e formas que o regulamento exigirá.

Calendarização

Esta proposta de concurso terá que ser apresentada/desenvolvida no período do 2.º período escolar, compreendido entre janeiro e março de 2016.

Avaliação

Para avaliação e atribuição de prémios em finais de Junho será nomeado um júri para esse efeito.

O vogal desta assembleia de freguesia



Assembleia Municipal

Despacho: 04/55/2015
Dar conhecimento a todos
os elementos da Assembleia
de Freguesia.

[Handwritten signature]

FREGUESIA de São João Baptista
e Santa Maria dos Olivais

Registo N.º: 1418 Data: 27/08/2015

Despacho:

Digitalizar os artigos

para a Assembleia

O Pres. cento:

Assemb. Freguesia

Exmo. Senhor
Presidente da
Assembleia da União de Freguesias
Urbanas de Tomar
S. João Baptista e Santa Maria dos
Olivais
2300-554 Tomar

N/ Ofício nº

Tomar, 14 de julho de 2015

Assunto: Envio de cópia Deliberação
"Comissão de Saúde – Defesa do Hospital N. Sra. da Graça"

Exmo. Senhor Presidente,

Para conhecimento e os efeitos tidos por convenientes, junto enviamos a V.Exª., cópia da Deliberação deste órgão, aprovada por unanimidade, sobre o assunto mencionado em epígrafe, tomada na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de junho de 2015.

Com os melhores cumprimentos, *personais.*

O Presidente da Assembleia Municipal,

[Handwritten signature of José Manuel Fortunato Pereira]

José Manuel Fortunato Pereira (Prof.)

JV



3ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 25 DE JUNHO DE 2015

MINUTA DE DELIBERAÇÃO

.../...

--- Entrando no **Período de Antes da Ordem do Dia**, o Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada uma proposta da Comissão de Saúde (Defesa do Hospital de Nossa Senhora da Graça – Tomar), do seguinte teor: "**COMISSÃO DE SAÚDE (DEFESA DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA – TOMAR)**" - -----

A Comissão de Saúde (Defesa do Hospital de Nossa Senhora da Graça – Tomar) em reunião realizada em 18 de Junho de 2015 decidiu **por unanimidade** propor à A. M. que delibere nos seguintes termos: -----

1. Continuar a exigir a imediata revogação da Portaria nº 82/2014, de 10 de Abril; -----
 2. Exigir que as populações dos Concelhos de Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere (utentes do Hospital de Nossa Senhora da Graça – Tomar) passem a integrar a rede de referência hospitalar da região Centro e não a de Lisboa, como actualmente; -----
 3. Opor-se a qualquer solução que passe pela integração do Concelho de Tomar no eventual Grupo Hospitalar do Ribatejo; -----
 4. Continuar a exigir a não aplicação do Despacho n. 5414/2008, de 28 de Fevereiro do Ministro da Saúde, no que à urgência médico-cirúrgica e à medicina interna diz respeito, o que implica a sua reactivação no Hospital de Tomar. -----
 5. Aprovar esta deliberação em minuta, para imediata execução, dando dela conhecimento à Assembleia da República (Presidência, Grupos Parlamentares e Comissão Parlamentar de Saúde), ao Governo (Primeiro Ministro e Ministro da Saúde), às Câmaras e Assembleias Municipais do CIMT, às Assembleias de Freguesia do Concelho. -----
- Tomar, 25 de Junho de 2015". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Tiago Manuel H. Carrão, do Partido Social Democrata; Nuno Miguel da S. Ferreira, do Partido Socialista; Rui Garcia Simões, dos Independentes por Tomar; Luis António A. Francisco, dos Independentes por Tomar; Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Júlio Manuel N. Joaquim, do Partido Social Democrata; Luis José da S. Ferreira, do Partido Socialista; Júlio Manuel N. Joaquim, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Jorge Manuel S. Duarte Gonçalves, do Bloco de Esquerda; Rui Garcia Simões, dos Independentes por Tomar (2ª intervenção); Luis Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Paialvo; João Manuel P. H. Simões, dos Independentes por Tomar; Luis José da S. Ferreira, do Partido Socialista (2ª intervenção); Tiago Manuel H. Carrão, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Maria Celeste de Jesus Nunes, do Partido Socialista; Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção); Luis Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Paialvo (2ª intervenção); Maria Celeste de Jesus Nunes, do Partido Socialista (2ª intervenção); Isabel Maria Nogueira F. Boavida, do Partido Social Democrata; Jorge Manuel S. Duarte Gonçalves, do Bloco de Esquerda, (2ª intervenção); Luis José da S. Ferreira, do Partido Socialista (3ª intervenção); Tiago Manuel H. Carrão, do Partido Social Democrata (3ª intervenção); Paulo Jorge da E. S. Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária (3ª intervenção); Isabel Maria Nogueira F. Boavida, do Partido Social Democrata (2ª intervenção); Luis José da S. Ferreira, do Partido Socialista (4ª intervenção); Isabel Maria Nogueira F. Boavida, do Partido Social Democrata (3ª intervenção) e António Augusto Brito Costa, do Partido Social Democrata. -----

-- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes, trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Esta Deliberação foi tomada em minuta. -----

Tomar, 25 junho de 2015

Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Fortunato Pereira



O Primeiro Secretário,

João Manuel P. Henriques Simões